

Endividados pedem mais diálogo

Buenos Aires - Os 11 países latino-americanos mais endividados falarão, a partir da próxima terça-feira, na cidade argentina de Mar Del Plata, da necessidade imperiosa de um diálogo acessível com os industrializados credores e a tão temida e sempre descartada "frente comum" voltará a se movimentar. Durante quatro dias, os chanceleres e ministros da Fazenda de 11 nações que acumulam quase 350 bilhões de dólares do total de 800 bilhões da dívida do mundo em desenvolvimento, reivindicarão um intercâmbio "direto e político" fora dos organismos técnicos internacionais.

As prementes dificuldades econômico-financeiras dos latino-americanos aparentemente "não encontram eco" nas nações industrializadas credoras após a reunião inicial do "grupo Cartagena", realizada em junho passado na cidade colombiana de mesmo nome. Houve apenas um esboço de reação dos credores, que depois não se concretizou, sobre taxas de juros, fluxos financeiros e atribuição de recursos pelos organismos financeiros internacionais, tais como os direitos especiais de saque (DES), para aumentar a liquidez internacional.

Técnicos dos 11 países, reunidos há três semanas na Argentina, já acertaram um princípio de estratégia para a aproximação "no maior nível político possível" com os industrializados, pois "o grave problema deve ser compreendido

tanto pelos credores como pelos devedores, dentro de um marco político e não estritamente técnico. Há dias, fontes da chancelaria brasileira disseram que "não procuramos uma negociação com os governos dos países credores e, menos ainda, os seus favores. O que queremos é o estabelecimento de um diálogo sobre os aspectos gerais da dívida".

Brasil, México, Argentina e Venezuela são responsáveis por 80 por cento da dívida latino-americana. O consenso generalizado é o de pagá-la. Mas, há coincidência para encontrar o como, pois deve ser facilitado o caminho aos países em profunda recessão, grandes e pequenos, cujo aquecimento econômico está comprometido a curto prazo. Mantém-se, assim, o espírito da declaração de Cartagena de junho, na qual os países descartaram a formação de um cartel de devedores, evitaram a moratória, repeliram a negociação coletiva da dívida e até aceitaram certos ajustes em suas economias. E mais - salientaram os analistas - os devedores admitiram até as negociações bilaterais entre governos e organismos financeiros e bancários, mas pedem, no mínimo, nessa espécie de diálogo político, contatos fluidos entre, os governos das partes envolvidas para aliviar o serviço da dívida e facilitar a sua renegociação.

Em Mar Del Plata será revista a marcha da declaração de Cartagena e seus

enunciados, diante da série de reuniões internacionais de credores que acontecerão até o final do mês, em diversos países. As altas taxas de juros e sua periódica modificação com maiores dificuldades para os devedores os déficits fiscais dos países em desenvolvimento, o crescimento do endividamento público destas nações com redução paralela do crescimento econômico, serão alvos da atenção dos ministros em Mar Del Plata, enquanto as nações industrializadas e os seus organismos de crédito, que dia a dia vêem como os devedores atrasam ou procuram refinar os seus pagamentos, estarão atentas ao que acontecer no sul da Argentina.

A agenda de reuniões internacionais posteriores a Mar Del Plata marca para 17 a 19 próximos um encontro em Puerto Plata (República Dominicana, entre os presidentes dos bancos centrais latino-americanos. Em Washington, reúne-se de 19 a 21 o grupo das 24 nações em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, África e Ásia. Para o dia 21, está marcado o encontro do grupo dos 10 industrializados, enquanto nos dias 22 e 23 haverá a conferência preparatória do comitê interino do Fundo Monetário Internacional e do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial. O ciclo termina entre 24 e 27 de setembro com as discussões da junta de governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.